

## Padrões de inserção profissional dos jovens em Portugal

*Cristina Parente*

*cparente@letras.up.pt*

*Departamento de Sociologia e Instituto de Sociologia  
da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*

*Madalena Ramos*

*madalena.ramos@iscte.pt*

*CIES-IUL, ISCTE-IUL*

*Vanessa Marcos*

*vanessa.c.marcos@gmail.com*

*Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*

*Sofia Alexandra Cruz*

*sacruz@fep.up.pt*

*Faculdade de Economia da Universidade do Porto e  
Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*

*Hernâni Veloso Neto*

*hneto@letras.up.pt*

*Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*

### Resumo

A presente comunicação resulta de um projecto de investigação sobre o “*Impacte do nível de escolarização (básico e secundário) na empregabilidade juvenil: Portugal no contexto europeu*” desenvolvido pelo Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL) e pelo Instituto de Sociologia (ISFLUP) com o financiamento da Fundação para a Ciência e Tecnologia. O projecto decorreu entre 2009 e 2010 e contemplou diversos eixos analíticos. Um desses eixos é a base desta proposta de comunicação a apresentar no Encontro Nacional de SIOT: perceber em que medida os níveis de escolaridade se configuram como uma variável explicativa de diferentes tipos de relações de emprego dos jovens portugueses. Na comunicação começaremos por efectuar uma revisão das teorias do mercado de trabalho que tratam da relação entre o sistema educativo e o sistema produtivo, particularizando o caso português. Em seguida, com o recurso a uma análise de correspondências múltiplas (ACM) sobre dados não publicados dos Quadros de Pessoal para o ano de 2007, faremos a análise da associação de múltiplos indicadores aí disponíveis procurando analisar os efeitos da escolaridade nos padrões de inserção profissional juvenil em Portugal. Para concluir, reflectiremos sobre como a ACM, com base em informação secundária, permitiu identificar padrões de inserção profissional juvenil ancorados num conjunto diverso de indicadores da relação de emprego; e de que modo esses resultados demonstram como a evolução das sociedades capitalistas tem intensificado a importância conferida à educação/formação no processo de empregabilidade, constituindo-a como uma variável central do funcionamento dos mercados de trabalho, nomeadamente no que toca à inserção profissional.

**Palavras chave:** Inserção profissional juvenil, relação de emprego, empregabilidade, teorias do mercado de trabalho.

## Introdução

Este texto constitui uma reflexão sobre as dinâmicas do mercado de trabalho juvenil, focando em particular a inserção laboral dos jovens entre os 15-24 anos de idade, detentores de níveis de educação correspondentes ao ISCED 0-2<sup>1</sup> (abrange os nove anos de escolaridade obrigatória em vigor em Portugal até 2008). Os dados resultam de um projecto de investigação sobre o “*Impacte do nível de escolarização (básico e secundário) na empregabilidade juvenil: Portugal no contexto europeu*” desenvolvido pelo Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL) e pelo Instituto de Sociologia (ISFLUP) com o financiamento da Fundação para a Ciência e Tecnologia. O projecto decorreu entre 2009 e 2010 e considerou diversos eixos analíticos. Um desses eixos constitui a base da comunicação apresentada no Encontro Nacional de SIOT: perceber em que medida os níveis de escolaridade se configuram como uma variável explicativa de diferentes tipos de relações de emprego dos jovens portugueses.

Tal como efectuado na apresentação, começaremos por realizar uma revisão das principais teorias do mercado de trabalho que tratam da relação entre o sistema educativo e o sistema produtivo, particularizando o caso português. Iremos em seguida analisar os efeitos da escolaridade nos padrões de inserção profissional juvenil em Portugal a partir do recurso a uma análise de correspondências múltiplas (ACM) com dados não publicados dos Quadros de Pessoal para o ano de 2007. Para concluir, reflectiremos sobre como a ACM, com base em informação secundária, permitiu identificar padrões de inserção profissional juvenil ancorados num conjunto diverso de indicadores da relação de emprego; e como esses resultados demonstram de que modo a evolução das sociedades capitalistas tem intensificado a importância conferida à educação/formação no processo de empregabilidade, constituindo-a como uma variável central do funcionamento dos mercados de trabalho, nomeadamente no que toca à inserção profissional.

---

<sup>1</sup> A *International Standard Classification of Education (ISCED)* consiste numa tipologia de níveis de educação criada pela UNESCO na década de 1970. Actualmente, encontra-se em vigor a versão ISCED 1997, que identifica os seguintes níveis de educação: a) nível 0 corresponde à educação pré-primária; b) nível 1 à educação primária; c) nível 2 ao ensino secundário inferior; d) nível 3 ao ensino secundário; e) nível 4 ao ensino pós-secundário não superior; f) nível 5 à primeira fase do ensino superior (bacharelato, licenciatura, mestrado); g) nível 6 a uma educação superior avançada (doutoramento) (UNESCO, 2006). Pode ser estabelecida uma correspondência entre o ISCED e os níveis de ensino em Portugal, sendo que o ISCED 0-2 equivale ao 9º ano de escolaridade, o ISCED 3-4 refere-se ao ensino secundário completo e o ISCED 5-6 ou 5-7 corresponde ao ensino superior e pós-graduado (Alves, 2008).

### **Teorias do mercado de trabalho: uma breve revisão da relação entre o sistema educativo e o sistema produtivo**

O mercado de trabalho é uma realidade multifacetada, e, por isso mesmo, transversa por diversas dinâmicas e lógicas. O espaço social de interacção entre sistema educativo e sistema produtivo conformam algumas dessas dinâmicas e lógicas. As teses acerca da possibilidade e desejabilidade de adequação do sistema educativo ao sistema produtivo ganham popularidade, primordialmente, a partir da década de 1960. Diversas correntes de pensamento foram emergindo, posicionando-se cada uma em torno de um conjunto de premissas e ideologias. Nos próximos parágrafos exploraremos algumas das perspectivas que surgiram nas últimas décadas, procurando identificar os principais postulados de cada uma.

A primeira perspectiva a merecer a nossa atenção é a teoria do capital humano (Becker, 1983[1964]). Nesta corrente de pensamento, a escola assume um papel instrumental na satisfação dos objectivos da economia. Isto é, a definição do percurso educativo é norteado pelo calculismo, já que as pessoas determinam o investimento que terão de fazer em educação para auferir determinada rendibilidade no médio e longo prazo. Nesta perspectiva, os salários reflectem o investimento que os indivíduos realizam em educação. Tal como há uma taxa de rentabilidade do investimento económico, também há uma taxa de rentabilidade da educação, expressa nos salários, no pressuposto de que um elevado capital escolar se traduz directamente num maior índice remuneratório. Assim, a teoria do capital humano surge, essencialmente, focalizada na procura de emprego.

As teorias de inspiração marxista, nomeadamente as teorias da regulação (Boyer, 1986; Aglietta, 1982) e as teorias da segmentação (Doeringer e Piore, 1971; Piore e Berger, 1980), focalizam uma perspectiva oposta, isto é, procuram evidenciar o papel determinante da oferta de emprego. As teorias da segmentação evidenciam a necessidade de abordar os modos de gestão da mão-de-obra no interior das empresas, propondo uma interpretação dos processos de inserção estruturados pela oferta de emprego, atendendo a conceitos como segmentos primário e secundário do mercado de trabalho ou a mercados externo, interno e profissional de trabalho (Doeringer e Piore, 1971; Marsden, 1989).

Doeringer e Piore (1971) apontam para uma divisão dicotómica do mercado de trabalho por considerarem a existência de um segmento primário, composto por empregos estáveis com condições remuneratórias e possibilidades de evolução na carreira positivas, e um segmento secundário com características opostas às sinalizadas para o segmento primário. O mercado primário pauta-se por uma concorrência imperfeita, ao funcionar igualmente como mercados interno e profissional, uma vez que está submetido a uma lógica contratual de negociação, enquanto o mercado secundário funciona segundo as leis da concorrência, equiparando-se aos mercados externos de trabalho.

Segundo Wolbers (2001), os mercados internos de trabalho e os mercados profissionais de trabalho são as duas modalidades mais protegidas do mercado de trabalho. Nos países onde se encontram fortes mercados internos de trabalho, tais como a Bélgica, França, Reino Unido e Irlanda, as qualificações profissionais são desenvolvidas num sistema de formação interna das organizações, através de um processo de formação contínua baseado numa lógica de desenvolvimento de competências, e, conseqüentemente, progressão na carreira. Verifica-se uma aposta na formação intensiva durante a carreira laboral, não sendo particularmente favorável aos processos de transição da escola para o mercado de trabalho dos jovens, uma vez que os mercados internos de trabalho promovem trajectórias institucionalizadas no mundo laboral (Velden e Wolbers, 2001).

Nos países cuja estrutura de mercado de trabalho assenta na modalidade dos mercados profissionais de trabalho, vigora uma estreita articulação entre as aprendizagens decorrentes do processo de ensino e formação e os requisitos qualificacionais exigidos no mercado de trabalho (Hannan, Raffé e Smyth, 1997; Müller e Shavit, 1998). A articulação entre as capacidades desenvolvidas durante a frequência do sistema de ensino e formação e o emprego traduz a relação entre a área de estudo e o perfil necessário para um determinado emprego. São mercados de trabalho que se caracterizam pelos designados sistemas educativos duais ou vocacionais, onde existe um elevado índice de situações de duplo estatuto: estudantes-trabalhadores e trabalhadores-estudantes. A articulação entre sistema de ensino e formação e sistema económico é institucionalizada pela existência de uma grande proximidade entre ambos. É um tipo de mercado de trabalho bastante característico de países como a Áustria, a Alemanha, a Dinamarca e a Holanda.

Nos países em que a relação entre os sistemas de ensino e formação e o sistema económico-productivo é pouco relevante, os jovens encontram-se a trabalhar, a frequentar o sistema de ensino ou numa situação em que não estudam nem trabalham. Segundo Wolbers (2001), a vertente vocacional da estrutura educativa não é valorizada nem material nem simbolicamente neste tipo de mercado de trabalho. É uma estruturação bastante característica dos países do Sul da Europa, como a Grécia, Itália, Espanha e Portugal (Jobert, 1997; Gangl, 2001). A fraca articulação existente entre educação e emprego, a par da escassez de saídas profissionais, configura, segundo Wolbers (2001), um contexto que contrasta fortemente com a realidade existente nos países que integram as estruturas dos mercados internos e profissionais de trabalho. Além disso, são mercados de trabalho que se caracterizam ainda pela elevada protecção no emprego, devido às restrições legais aos despedimentos individuais e colectivos (OCDE, 1999), dificultando a própria integração dos jovens no mercado de trabalho e privilegiando quem já se encontra integrado.

Os mercados internos e profissionais de trabalho também existem nos países do sul, todavia, apresentam-se como mercados protegidos, mais fechados aos jovens, sobretudo pouco escolarizados e/ou que procuram o primeiro emprego, para os quais tende a restar o mercado externo de trabalho em condições de maior ou menor adversidade, de acordo com os ciclos económicos. Tendo por base as características dos diferentes tipos de mercados de trabalho e os contextos diferenciados que criam para a inserção profissional e, em especial, o enquadramento da realidade portuguesa, procuramos perceber os padrões efectivos de inserção profissional da população jovem portuguesa assalariada entre os 15-24 anos. Nos pontos seguintes evidenciaremos as estratégias metodológicas seguidas e os resultados obtidos com o estudo realizado.

### **Opções metodológicas**

De modo a estabelecer os padrões de inserção profissional da população jovem assalariada (com idades compreendidas entre os 15-24 anos) existentes actualmente em Portugal, tendo em conta os seus níveis de escolaridade, utilizamos os micro-dados não publicados dos Quadros de Pessoal

para o ano de 2007. No período de realização do projecto, era o último ano para o qual existiam dados disponíveis.

Em 2007 foi registado um total de 336.052 trabalhadores por conta de outrem na faixa etária dos 15-24 anos. Contudo, apenas existia informação, tendo por base o nível de escolaridade, para 333.782 desses trabalhadores (54,9% eram homens), sendo este o universo trabalhado. Em termos de níveis de escolarização, a composição era a seguinte: 63,5% eram jovens com habilitações ao nível do ISCED 0-2 (61,2% eram homens), 31,1% ao nível do ISCED 3-4 (46,1% eram homens) e 5,4% ao nível do ISCED 5-6 (31,6% eram homens).

Através de uma Análise de Correspondências Múltiplas (ACM) exploramos as associações entre os seguintes indicadores: níveis de escolaridade, profissão<sup>2</sup>, qualificação<sup>3</sup>, rendimento mensal<sup>4</sup>, tipo de contrato de trabalho<sup>5</sup>, duração do tempo de trabalho<sup>6</sup>, dimensão do estabelecimento<sup>7</sup> e sector de actividade<sup>8</sup>. A escolha da ACM prendeu-se com o facto de ser uma técnica de análise estatística que permite a descrição de um espaço multidimensional caracterizado pela interdependência de indicadores qualitativos, tendo esta descrição como suporte fundamental as representações gráficas. A visualização da estrutura topológica desse mesmo espaço permite identificar as associações que se estabelecem entre as categorias dos diversos indicadores em análise, aferindo, desse modo, da existência (ou não) de subconfigurações distintas (grupos tendencialmente homogéneos), com perfis específicos.

Exploradas as associações entre os múltiplos indicadores anteriormente referidos, seleccionamos duas dimensões – eixos estruturantes da inserção profissional dos jovens. Como podemos observar na Figura 1, os indicadores que remetem para os recursos qualificacionais de nível

---

<sup>2</sup> Segundo a Classificação Nacional de Profissões de 1994 a 1 dígito – revisão de 1994.

<sup>3</sup> Segundo a classificação da Estrutura dos Níveis de Qualificação, definida no Decreto-Lei 121/78 de 2/06.

<sup>4</sup> Analisamos a variável rendimento a partir do conceito de ganho médio mensal líquido, este definido como o somatório das seguintes rubricas: remuneração base, prestações regulares, prestações irregulares e prestações extraordinárias. Na construção dos escalões de rendimento optou-se, como referencial mais baixo, pelo valor do salário mínimo nacional em vigor. Em 2007, o seu valor era de 403.00 euros.

<sup>5</sup> Categorizamos os contratos de trabalho em 4 tipos: contratos sem termo, contratos a termo (certo ou incerto), contrato por tempo indeterminado para cedência temporária; contratos a termo para cedência temporária.

<sup>6</sup> A duração do tempo de trabalho foi classificada em 5 escalões: 1-14 horas; 15-20 horas; 21-40 horas e >40 horas.

<sup>7</sup> Tipificamos a dimensão do estabelecimento nas seguintes categorias: 9 ou menos pessoas ao serviço; 10-49 pessoas; 50-99 pessoas; 100-249 pessoas; 250 e mais pessoas ao serviço.

<sup>8</sup> A classificação das actividades económicas (CAE) utilizada corresponde à CAE\_Rev 3 - 1 letra em vigor em 2007.

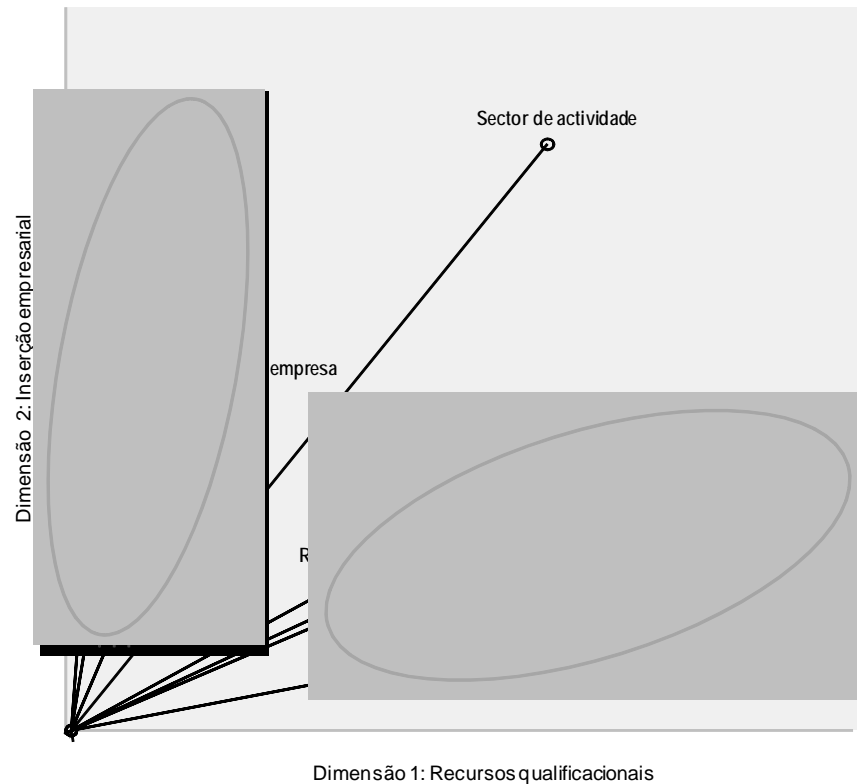
individual, como sejam a profissão, a escolaridade e a qualificação (e embora com uma contribuição bastante inferior, o rendimento), contribuem decisivamente para a estruturação da dimensão 1. Já ao nível da dimensão 2, encontramos a relação entre estes indicadores de natureza individual e aqueles que remetem para a inserção empresarial (sector de actividade, tipo de contrato e dimensão da empresa, duração do tempo de trabalho)<sup>9</sup>.

Os resultados da ACM evidenciam assim a existência de duas dimensões quantitativa e substantivamente consistentes. A análise cruzada das duas dimensões e das posições relativas das múltiplas categorias dos diversos indicadores, permitiu perceber a especificidade das suas relações e identificar configurações distintas no que se refere aos padrões de inserção profissional. Os padrões identificados serão caracterizados no ponto seguinte.

---

<sup>9</sup> As medidas de discriminação variam entre 0 e 1 e quantificam a variância de cada indicador. Um indicador será tanto mais importante para a dimensão quanto maior for a capacidade de discriminar os objectos em análise.

**Figura 1 - Disposição dos indicadores, 2007 (medidas de discriminação)**



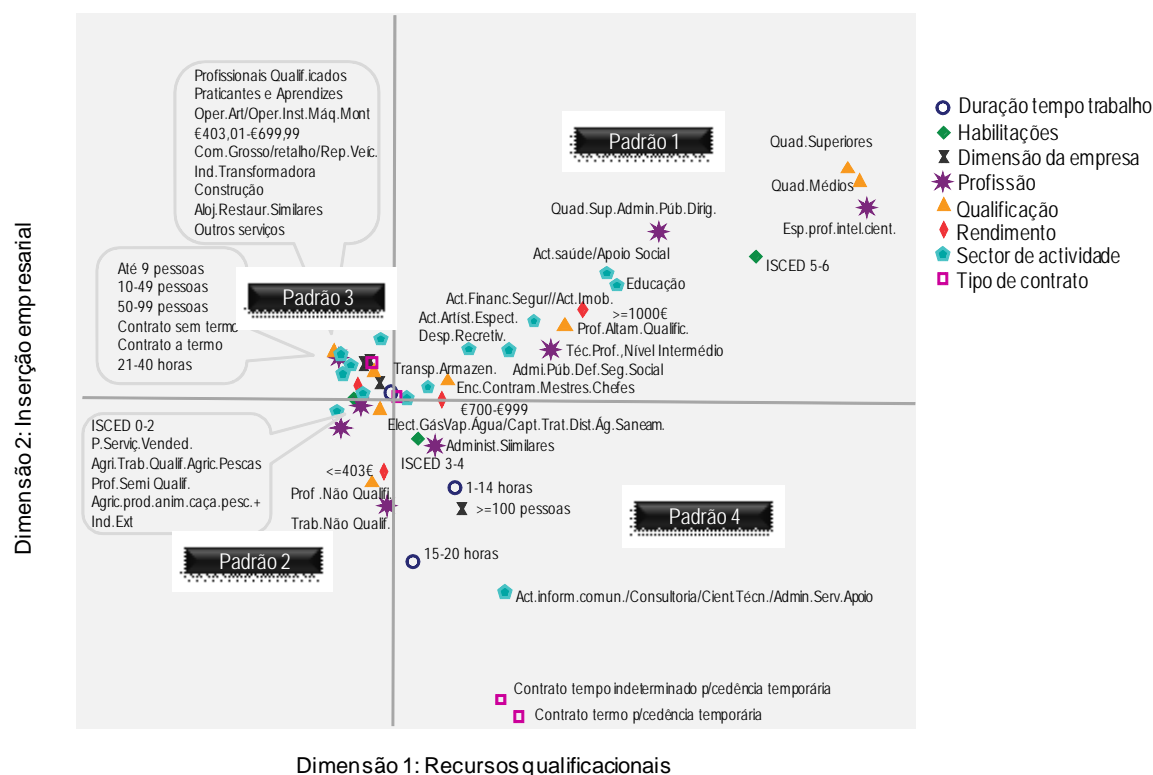
Fonte: Quadros de Pessoal, 2007 (dados não publicados).

### **Padrões de inserção profissional dos jovens em Portugal**

A disposição das categorias no espaço social de análise (Figura 2) permite evidenciar um conjunto de associações e vincar quatro padrões distintos de inserção profissional. Podemos observar no quadrante superior direito uma associação privilegiada entre os níveis de escolaridade superiores (ISCED 5-6), as qualificações mais elevadas (quadros superiores e médios, profissionais altamente qualificados e encarregados, contramestres, mestres e chefes de equipa) e os grupos profissionais dos especialistas e profissionais intelectuais e científicos, dos quadros superiores da administração pública e dirigentes e dos técnicos e profissionais de nível

intermédio. É o grupo com os rendimentos mais elevados (igual ou superior a 1000 euros). Este perfil de trabalhadores predomina nos sectores ligados à saúde/apoio social, à educação, às actividades financeiras, seguradoras e actividades imobiliárias, às actividades artísticas, desportivas e recreativas e à administração pública, defesa e segurança social (Padrão 1).

**Figura 2 - Padrões de inserção profissional, 2007**



Fonte: Quadros de Pessoal, 2007 (dados não publicados).

Com um perfil oposto ao anterior, encontramos no quadrante inferior esquerdo uma outra configuração: são os profissionais não qualificados ou semi-qualificados que, em termos de grupo profissional, se integram nas categorias de trabalhadores não qualificados, ou de profissões ligadas à agricultura e pescas ou ainda do pessoal dos serviços e vendedores. É o grupo que tem os níveis de escolaridade mais baixos (ISCED 0-2) e que auferem os rendimentos inferiores (até 403 euros). É um perfil que predomina no sector da agricultura, produção animal, caça, floresta, pesca e indústria extractiva. Tendencialmente, pela proximidade das categorias, inserem-se em

estabelecimentos que têm até 100 trabalhadores, com contratos sem termo ou a termo e uma duração de horário semanal que os ocupa entre 21 a 40 horas. Todavia, esta situação coexiste também em empresas de maior dimensão (100 ou mais trabalhadores) e com um horário de trabalho parcial que pode ir até 20 horas semanais (Padrão 2).

No quadrante superior esquerdo, encontramos uma nova configuração, que partilha com o grupo anteriormente descrito o baixo nível de escolaridade (ISCED 0-2), mas que se distingue dele por ser mais qualificado e ter rendimentos mais elevados: é o grupo onde predominam os profissionais qualificados, por um lado, e os praticantes e aprendizes, por outro, que pertencem aos grupos profissionais dos operários, artífices e trabalhadores similares ou operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem. Tendencialmente, têm rendimentos entre os 403 e os 700 euros e desempenham a sua actividade fundamentalmente nos sectores da indústria transformadora, da construção, do comércio por grosso ou a retalho, da reparação de veículos automóveis, do alojamento, restauração e similares e dos outros serviços. Trabalham em estabelecimentos que têm menos de 100 pessoas ao serviço, com contratos sem termo ou a termo e com um horário semanal entre 21 a 40 horas (Padrão 3).

Por fim, no quadrante inferior direito encontramos uma última configuração de trabalhadores jovens cujas características os posicionam entre o primeiro grupo identificado (Padrão 1) e os dois anteriores (Padrões 2 e 3). Trata-se de um grupo de jovens cujo perfil se caracteriza por ter níveis de escolaridade e rendimentos de nível intermédio (ISCED 3-4 a auferir entre 700 e os 999 euros, respectivamente), exercer actividades em empresas de grande dimensão (100 ou mais trabalhadores), com horários que tanto podem ser de 1-14 horas semanais, como de 15-20 horas, com contratos de trabalho de cedência temporária. Estamos sobretudo perante profissionais semi-qualificados, mas também encarregados, contramestres, mestres e chefes de equipa, que pertencem fundamentalmente ao pessoal administrativo e similares ou ao grupo dos trabalhadores não qualificados. Exercem a sua actividade maioritariamente nos sectores ligados às actividades de informação e comunicação, às actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares e às actividades administrativas e dos serviços de apoio (Padrão 4).

Sintetizando o que atrás ficou dito, a análise do plano da ACM permitiu-nos identificar a existência de um espaço de inserção profissional dos jovens marcado pela heterogeneidade, onde coexistem quatro padrões de distintos:

- Padrão 1: Trabalhadores muito escolarizados (ISCED 5-6) que se situam profissionalmente no topo da hierarquia, que têm uma relação contratual de trabalho relativamente estável, com salários aceitáveis, em empresas de pequena e média dimensão a exercerem actividades da economia *soft*<sup>10</sup>;
- Padrão 2: Trabalhadores pouco escolarizados (ISCED 0-2) e desqualificados, com uma relação contratual relativamente estável e rendimentos inferiores ou iguais ao salário mínimo nacional à data, afectos a actividades da economia *hard* e *soft*, com particular incidência do sector primário;
- Padrão 3: Trabalhadores pouco escolarizados (ISCED 0-2), qualificados ou iniciantes de uma profissão, com uma relação contratual de trabalho relativamente estável e rendimentos ligeiramente acima do salário mínimo nacional, afectos a actividades na economia *hard* e *soft*;
- Padrão 4: Trabalhadores com escolarização intermédia (ISCED 3-4), pouco qualificados ou com posições de chefia, com uma relação de trabalho contratualmente instável, horário a tempo parcial e rendimentos intermédios afectos a actividades da economia *soft* em empresas de maior dimensão.

## Conclusão

A partir das análises efectuadas conseguimos detectar a existência de uma associação entre a escolaridade e a empregabilidade. Os níveis distintos de escolaridade surgiram associados a diferentes categorias de indicadores das relações de emprego, e estão na base de tipos de inserção profissional específicos.

Por um lado, detectamos uma associação clara entre os assalariados jovens com baixos níveis de escolaridade (ISCED 0-2) e as baixas qualificações, os baixos rendimentos, as profissões situadas na base da hierarquia profissional e socialmente desvalorizadas, e as actividades da

---

<sup>10</sup> A economia *soft* classifica todas as actividades do sector terciário, a economia *hard* as actividades de transformação dos sectores secundário e primário.

economia *hard* (padrões de inserção profissional 2 e 3). Por outro, os jovens com os níveis de escolaridade mais elevados (ISCED 5-6) surgem associados às qualificações mais elevadas (quadros superiores e médios), aos rendimentos mais altos e aos grupos sociais de topo da hierarquia profissional, nomeadamente quadros superiores da administração pública e aos especialistas e profissionais intelectuais e científicos. São jovens trabalhadores que desenvolvem a sua actividade na economia *soft*, no designado segmento primário do mercado de trabalho, muito provavelmente na sua modalidade dos mercados profissionais de trabalho. De referir ainda que estes trabalhadores, ao deterem um capital escolar que lhes é, no momento em análise, reconhecido, se encontram a capitalizar saberes escolares, por intermédio de uma experiência profissional, que lhes proporciona serem detentores de instrumentos facilitadores de mobilidade quer profissional quer organizacional. Este perfil de inserção profissional representará para algumas organizações um conjunto de trabalhadores de elevado potencial e, daí procurarem retê-los a partir de modalidades de gestão de mão-de-obra satisfatórias.

O perfil de inserção profissional 4 configura-se como um padrão singular no contexto recente do mercado de trabalho português. Com efeito, trata-se de jovens trabalhadores, com habilitações de nível ISCED 3-4, que se distinguem por duas categorias até ao momento atípicas no mercado de trabalho: os contratos de trabalho de cedência temporária (em ambas as modalidades, isto é, por tempo indeterminado e a termo) e o exercício a tempo parcial (até 14 horas ou entre 15 a 20 horas semanais). Este perfil de trabalhadores surge associado a sectores de actividade onde o trabalho por projecto ou avença tende a assumir alguma regularidade, nomeadamente actividades de informação e comunicação, de consultoria, científicas, técnicas e similares e actividades administrativas e dos serviços de apoio. Tudo indica que são jovens afectos ao segmento secundário do mercado de trabalho, alvo de políticas de gestão de mão-de-obra que actuam no sentido da flexibilização da relação de emprego, tanto mais que desenvolvem a sua actividade a tempo parcial em empresas de grande dimensão (100 ou mais trabalhadores).

Os padrões sinalizados pontuam a relação entre os diplomas escolares e a inserção laboral, confirmando que a educação assume um papel importante no processo de empregabilidade. Os níveis de escolaridade destacam-se como um indicador central nas dinâmicas do mercado de trabalho, ficando patente, ainda, que o mercado de trabalho juvenil em Portugal comporta heterogeneidades internas significativas.

## Bibliografia

Aglietta, Michell (1982), *Régulation et Crises du Capitalisme. L'Experience des Etats Unis*, Paris, Calmann-Lévy.

Alves, Nuno de Almeida (2008), “Evolução do PIB e desemprego: Portugal e a média da União Europeia, 1998-2007, CIES, Observatório das Desigualdades, disponível em: <http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=projects&id=96>

Becker, Gary Stanley (1983[1964]), *Human Capital*, 2ª edição, Chicago, Chicago University Press.

Boyer, Robert (1986), *La Théorie de la Régulation. Une Analyse Critique*, Paris, La Découvert.

Doeringer, Peter e Piore, Michael (1971), *Internal Labor Markets and Manpower Analysis*, Lexington, Heath.

Gangl, Markus. (2001), “Changing labour markets and early career outcomes: labour market entry in Europe over the past decade”, Working paper, disponível em: <http://www.mzes.uni-mannheim.de/projekte/catewe/papers/PAPER6.pdf>

Hannan, Damian, David Raffé e Emer Smyth (1997), “Cross-national research on school to work transitions: an analytical framework”, in Patrick Werquin, Richard Breen, e Jordi Planas (eds.), *Youth Transitions in Europe: Theories and Evidence*. Marseille: Centre d’Études et de Recherches sur les Qualifications (Cereq) Document 120, pp. 409-442.

Instituto de Emprego e Formação Profissional e Ministério de Emprego e da Segurança Social (1994), *Classificação Nacional de Profissões de 1994*, Lisboa, Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Jobert, Annette. (1997), “Employment, education and training in Italy: the role of regions, employers’ organisations and unions”, in A. Jobert, C. Marry, L. Tanguy e H. Rainbird (eds.), *Education and Work in Great Britain, Germany and Italy*, Londres, Routledge, pp. 208-223.

Marsden, David (1989), *Marchés du Travail. Limites Sociales des Nouvelles Théories*, Paris, Economica.

Müller, Walter, e Yossi Shavit (1998), “The institutional embeddedness of the stratification process, a comparative study of qualifications and occupations in thirteen countries”, in Y. Shavit, and W. Müller (eds.), *From School to Work. A Comparative Study of Educational Qualifications and Occupational Destinations*, Oxford, Clarendon Press, pp. 1-48.

OCDE (1999), *Employment Outlook*, Paris, OCDE.

Piore, Michael e Berger, Suzanne (1980), *Dualism and Discontinuity in Industrial Societies*, Cambridge, Cambridge University Press.

UNESCO (2006), “International Standard Classification of Education, ISCED 1997. UNESCO-UIS“, disponível em: <http://www.uis.unesco.org/TEMPLATE/pdf/isced/ISCED.pdf>

Velden, Rolf van der e Marteen Wolbers (2001), “The integration of young people into the labour market within the European Union: the role of institutional settings, working paper, disponível em: <http://www.mzes.uni-mannheim.de/projekte/catewe/papers/paper9.pdf>

Wolbers, Marteen. (2001), “Learning and working: double statuses in youth transitions within the European Union”, working paper, Research Centre for Education and the Labour Market (ROA), Maastricht University.

## Legislação

Decreto Lei 121/78, de 02/06, “Estrutura dos níveis de qualificação”, *Diário da República*, I Série, Nº 126, pp. 992-995.